



## **Cidadania, Visibilidade e Espaço Público: uma reflexão sobre a contemporaneidade<sup>1</sup>**

Dra Carla Reis Longhi<sup>2</sup>  
(UNIP/PUCSP)

### **Resumo**

Neste artigo procedemos a um estudo teórico dos aspectos constitutivos das noções de visibilidade, espaço público e cidadania na modernidade líquida. Consideramos pertinente este recorte para a área de comunicação, pois entendemos que a mídia, hoje, é também a mediação do homem com o espaço da aparência, definindo em grande parte as características da cidadania. Tomando como base teórica os textos de Hannah Arendt e Jurgen Habermas, buscamos demonstrar que é próprio da condição humana sua busca pela visibilidade social. Em cada momento histórico, de acordo com as condições objetivas e a mentalidade de época, o sentido de visibilidade, os procedimentos de acesso ao espaço público e, logo, a noção de cidadania variaram muito e aqui buscamos reconstituir alguns aspectos relevantes para o entendimento destes conceitos na sociedade contemporânea.

### **Palavras-chave:**

cidadania, espaço público, cultura midiática e visibilidade

### **Introdução**

Propomos neste artigo a discussão sobre as relações estabelecidas entre a prática da cidadania, o espaço público e a importância e característica contemporânea da noção de visibilidade. Entendemos que discutir a noção corrente de cidadania é refletir sobre as formas contemporâneas de interação social do sujeito ou dito de outra forma, as características atuais da sociabilidade. Para esta reflexão teórica, que parte da observação do cotidiano, mas que não tem um objeto específico recortado, propomos o diálogo com teóricos como Hannah Arendt e Jurgen Habermas, além de flertar com outros intelectuais como Zigmunt Bauman e Roberto Esposito.

Vivemos hoje a maior capacidade de ‘visibilidade’ social que qualquer outro momento histórico já nos possibilitou. Qualquer indivíduo pode acender ao espaço da aparência, mesmo que tenha uma visibilidade relâmpago, através das mídias de massa. Assim, o homem que salva uma criança no rio tem sua foto estampada em todos os jornais impressos e, quiçá, televisivos. A pessoa que expõe seu corpo de modo inusitado, que

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no NP Comunicação para a Cidadania, evento componente do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

<sup>2</sup> Carla Reis Longhi é doutora em História pela USP, professora titular do Programa de Pós Graduação da UNIP e professora do departamento de História da PUCSP.



sai em público com ‘famosos’ ou que afirma publicamente uma outra opção sexual pode ser convidada a participar de programas de auditório ou entrevistas. A mulher que presenteia seu animal com jóias caras ou lhe oferece uma festa de aniversário pode garantir algumas páginas em revistas segmentadas. Por outro lado, o indivíduo que não percorreu nenhum destes caminhos, pode também garantir sua própria aparência, através das novas possibilidades que a internet nos oferece. Por exemplo, o indivíduo pode criar uma página de apresentação no Orkut, onde define um perfil, indicando gostos pessoais, hobbies, relações sociais e disponibilizando, inclusive, uma ou mais fotos. Esta página se torna permanente e pode ser acessada por qualquer pessoa a qualquer momento, inclusive com registro de comentários. Outra forma de exposição, que se define por outros procedimentos, é a presença no Google. Este site é interessante, pois o autor não tem controle desta produção, mas seu nome pode ser encontrado, indicando qualquer tipo de produção ou participação em eventos, mesmo que sem expressão midiática, como, por exemplo, a participação em concurso público.

Esta realidade nos leva à necessidade de algumas ponderações sobre o sentido deste tipo de exposição. Isto significa refletir, primeiro, sobre a relação sujeito- espaço público, pois este é o espaço da aparência para, então, podermos ponderar sobre os significados destas formas de aparência em contextos de exposição midiática. Para ponderarmos sobre estas questões recorreremos às idéias de Hannah Arendt e Jürgen Habermas (Habermas, 1984).

Ao retomarmos Hannah Arendt nos deparamos com uma primeira constatação contundente que é a de que o homem necessita da aparência para se fazer real e que esta se dá no espaço entendido como público

“É em relação a esta múltipla importância da esfera pública que o termo ‘privado’, em sua acepção original de ‘privação’, tem significado. Para o indivíduo, viver uma vida inteiramente privada significa, acima de tudo, ser destituído de coisas essenciais à vida verdadeiramente humana: ser privado da realidade que advém do fato de ser visto e ouvido por outros, privado de uma relação ‘objetiva’ com eles decorrente do fato de ligar-se e separar-se deles mediante um mundo comum de coisas, e privado da possibilidade de realizar algo mais permanente que a própria vida. A privação da privatividade reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não se dá a conhecer, e portanto é como se não existisse. O que quer que ele faça permanece sem importância ou consequência para os outros, e o que tem



importância para ele é desprovido de interesse para os outros.” (Arendt, 2000, p. 68)

Atentemos para três importantes aspectos propostos pela autora. O espaço público garante a condição *‘de ser visto e ouvido por outros’*, possibilita *‘a condição objetiva da vida’* ou como a própria autora coloca, se não é visto e ouvido é como se não existisse, além de possibilitar a realização de *‘algo mais permanente que a própria vida’*. Ponderemos sobre estes três aspectos, que inter-relacionam os conceitos propostos neste artigo: visibilidade, espaço público e cidadania.

Começemos por aprofundar a idéia de público. Segundo nossa autora, a concepção de público comporta dois pensamentos importantes, correlatos, mas não iguais. O primeiro diz respeito à possibilidade da aparência no espaço público. Assim, é nesta esfera que podemos ver e sermos vistos:

"Uma vez que a nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública." (ARENDR, p.70)

Muito mais que ver e ser visto, o espaço público possibilita concretizar a própria realidade. O Homem necessita da referência do outro para comprovar sua própria realidade e o mundo que o cerca e isto remete ao segundo aspecto que embasa a idéia de público :

"Em segundo lugar, o termo 'público' significa o próprio mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele. Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que , juntos, habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois , como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens." (ARENDR,p.62)

Estas duas idéias são, do nosso ponto de vista, chaves para se pensar a contemporânea constituição de um espaço público, alinhavado pela circulação da opinião pública. Isto porque a autora destaca a necessidade humana de concretização de sua existência através da aparência. Só com a confirmação do Outro, de sua própria existência, que o



homem pode vislumbrar sua materialidade e seu lugar no mundo. Na Grécia antiga, a existência era permitida para alguns, aqueles que pudessem ascender à esfera pública, condenando os outros à privação de sua visibilidade e então, da existência.

Assim, estes espaços eram bem demarcados: o público e o privado. O primeiro representava o espaço da aparência; a esfera de iguais, construindo a mais profunda diferença e garantindo assim, a realização da condição humana. Era o espaço da liberdade, pois só aquele que libertou-se do jugo de outrem e de qualquer preocupação com a sobrevivência poderia ascender à esta esfera. Sendo assim, o espaço privado indicava privação: era o espaço da premência e da submissão.

Nesta lógica existencial o cidadão era aquele que podia ascender ao espaço público e ter visibilidade através dele. Isto contudo, demandava profunda responsabilidade para com a cidade, então para com o Outro. Associando as idéias de Arendt com as de Roberto Esposito (Esposito *apud* Paiva, 2007), poderíamos dizer que o espaço público grego narrado por Arendt constituía uma verdadeira comunidade, pois segundo Esposito, esta se constitui pelo compartilhamento, a divisão ou doação de um fazer ou pensar para a cidade. Esta doação, diz o autor, era chamada pelos latinos de *minus* e, a meu ver, é o cerne da concepção de público discutida por Arendt. Isto por que, neste entendimento, o compartilhamento se dá, sempre, por aquilo que tenho a oferecer ao grupo, fato este que implica responsabilidade contínua e preocupação com a coletividade. Esta idéia completa a noção de Comunidade proposta por este autor “ *...a comunidade não é o entre do ser, mas o ser como entre: não uma relação que modela o ser, mas o próprio ser como relação.*” (Esposito *apud* Paiva, 2007, p. 19) Esta conceituação associa-se ao conceito de *ação* proposto por Hannah Arendt, pois seria a realização de atos e pensamentos no intuito de garantir a imortalidade através da excelência<sup>3</sup>:

A excelência em si, ‘arete’ como a teriam chamado os gregos, ‘virtus’ como teriam dito os romanos, sempre foi reservada à esfera pública, onde uma pessoa podia sobressair-se e distinguir-se das demais. Toda atividade realizada em público pode atingir uma excelência jamais igualada na intimidade; para a excelência, por definição, há sempre a necessidade da presença de outros, e essa presença requer um público formal, constituído pelos pares do indivíduo; não pode ser a presença fortuita e familiar de seus iguais ou inferiores (...). (ARENDDT,2000,58)

---

<sup>3</sup> Este aspecto foi discutido por mim no artigo ‘O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado’ publicado na Revista Significação, n. 25.



Para o homem grego, tudo que era público, ou seja, estava disponibilizado para ser visto e ouvido, deveria buscar a excelência, pois somente a permanência do mundo, entendido como uma comunidade de elementos que se estabelecem entre os homens e permitem as relações entre os mesmos, possibilita a existência do espaço público. Desta forma, era consenso para o homem grego que a sua própria existência, na relação com o Outro, necessitava de uma esfera comum, reforçando a constante busca pela excelência, ou seja, a permanência dos atos e idéias após a morte do corpo. Esta pré-condição garantia à esfera pública, como coloca Hannah Arendt, a condição de espaço da mais profunda igualdade para a realização da mais intensa diversidade:

*... mas a esfera pública em si, a polis, era permeada de um espírito acirradamente agonístico: cada homem tinha constantemente que se distinguir de todos os outros, demonstrar, através de seus feitos ou realizações singulares, que era o melhor de todos (aien aristuein). (ARENDR, 2000,51)*

Ao ponderarmos sobre o espaço público hoje, podemos avaliar a tríade acima proposta. O conceito de público se reformulou drasticamente, pois perdeu, justamente, o sentido de Comunidade. A inserção do sujeito nesta esfera não se dá mais com o intuito, por um lado, de se buscar a imortalidade e, por outro, com o intuito de fazer em prol do bem comum; assim, o compartilhamento discutido por Esposito foi esvaziado. Este vazio elimina a idéia de comunidade como o *entre do ser* o que nos leva, também, a repensar o próprio conceito de *ação* proposto por Arendt. Os motivos desta reformulação constituem-se no próprio processo histórico e, temos em Habermas uma rica constituição deste novo espaço, ao analisar a Mudança Estrutural da Esfera Pública com a ascensão da burguesia. Esta reconstituição não é objeto de análise deste artigo<sup>4</sup>.

Arendt (Arendt, 2000) discute o longo processo de esvaziamento do conceito de ação, primeiramente sobreposto pelo conceito de trabalho, com o processo de industrialização e, então, produção de artefatos. Neste momento, o homem garantia uma forma de imortalidade através dos ‘Objetos’, que não só passaram a materializar a relação Homem-Mundo, como também, constituíam a identidade individual do trabalhador.

---

<sup>4</sup> No artigo por mim escrito cujo título é ‘Origens do Conceito de Opinião Pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Jürgen Habermas’ publicado na Revista “Comunicação e Sociedade, n. 46, ano 2006” discutimos longamente o processo de formação do espaço público burguês.



O século XX altera mais uma vez esta relação. A produção em massa retira do Homem a identidade produtiva e individual e retira do ‘Objeto’ seu caráter perene, que possibilitava a permanência no mundo. Não é o ‘Objeto’ que modifica a relação Homem-Mundo, mas é a relação com o ‘Objeto’ que é modificada e isto é, para nós, extremamente relevante, pois como coloca Jurandir Freire Costa:

*“Na relação do sujeito com o mundo, todo objeto cede parte de sua concretude física à imaginação emocional e toda intencionalidade emocional recorre à matéria física dos objetos para ganhar consistência e durabilidade culturais”.* (Costa, 2005, p.162)

Assim, através da relação que o Homem passa a estabelecer com os ‘Objetos podemos perceber a relação que estabelece com o mundo. O século XX trará um gradativo e contínuo *desgarramento* do Homem em relação aos Objetos o que, por um lado, intensifica o *comprismo* e por outro reverte tanto a produção material quanto a simbólica em bens de consumo. A lógica do consumo, que passa a ser a lógica de relação com o mundo, explica também o papel assumido pelo espaço público, pois aqui, temos a prevalência do *labor* (conceito arendtiano). Hannah Arendt propõe três distintas instâncias para compreender a totalidade da condição humana. O Labor, o Trabalho e a Ação. Já discutimos a Ação, como o ato máximo de expressão humana pois só ocorre na relação com o Outro, coletividade, e expressa o que é especificamente humano (o pensamento, a palavra e o ato recorrente). O Trabalho, também já abordado, é o resultado da atividade humana que garante permanência ao homem através da matéria e que possibilita as condições de existência do sujeito; mas, como coloca Arendt é uma atividade que independe do coletivo para ocorrer e não é puramente humana. Por fim, o Labor é o ato de sobrevivência no mundo. É qualquer atitude necessária para se manter vivo, como se alimentar, respirar, procriar, etc. é um ato essencialmente individual, pois mesmo o sexo sendo a dois, realiza-se para o prazer, que é individual; outra característica desta instância é sua não permanência. Não há resultado permanente. O prazer sexual ou mesmo o prazer do alimento se mantém enquanto o ato estiver em processo. É fluido, instável. Para Arendt, o séc. XX trouxe a prevalência do Labor.

E é justamente a relação que o homem passou a estabelecer com os ‘Objetos’ o melhor exemplo disto. Pois o consumismo, em sua origem, retoma a idéia do alimento sentido, experimentado em seu processo. O homem, hoje, busca a felicidade sensorial e esta só se mantém em contato com o elemento que gera este prazer. Isto é percebido na relação



com o ‘Objeto’, que só se mantém enquanto gera algum tipo de prazer sensorial (estético pela visão, olfativo, auditivo, tátil) deixando em segundo plano sua funcionalidade. Assim, o homem só troca tanto de celular, pois o novo sempre oferece um novo prazer, mesmo que só estético, aliado ao fato de que os objetos têm e sempre tiveram uma função de determinação social. Esta lógica não se constitui ao acaso e nem rapidamente. Como já dissemos, inicia-se com a produção em massa, que descola o sujeito de seu trabalho e intensifica-se com o contínuo avanço da tecnologia, fundamentalmente da tecnologia da informação, que modifica definitivamente a relação homem-tempo-espaço.

Assim, nos mostra Bauman (Bauman, 2007), as relações de produção com a globalização trazem novos conceitos para as relações de trabalho, para a avaliação do trabalhador/funcionário e conseqüentemente para as relações humanas. Nesta nova conformação, a noção de autoridade constitui-se pela capacidade de se manter pedalando, metáfora proposta por Bauman para indicar a contingência do movimento, e, conseqüentemente, da adaptação, da mudança contínua, da fluidez. Esta opção-se drasticamente à idéia de responsabilidade, de coletividade: não há tempo, nem sentido para isto.

Toda esta dinâmica modifica, obrigatoriamente, a noção de espaço público. Este, que como já desenvolvido por Habermas, vinha num longo processo de resignificação, não expressa mais uma coletividade, uma comunidade. Assim, não se inscreve mais como espaço físico, não pressupõe o *mínus* ou o *compartilhamento* de Esposito. Na concepção contemporânea, que segundo Habermas foi se constituindo desde o séc. XIX, esta esfera expressa, por um lado, um sentido estrito de política partidária, por sinal, muito mal vista pela maioria. Por outro lado, mantém seu sentido de comum: é o espaço de ver e ser visto, de dar concretude ao mundo. Mas, aqui, também, seu sentido originário mudou. Ver e ser visto é fundamental para a existência humana, pois como já discutido, é o que torna a existência real. Mas ver onde e por que? É através das mídias massivas, principalmente a televisão, por razões óbvias, que a visibilidade se faz mais extensiva e rápida; assim, esta mídia torna-se uma esfera pública, virtual e imagética, ao possibilitar a visibilidade e, conseqüentemente, ao garantir a realidade do mundo. É indiscutível que o que aparece no Jornal Nacional é real, e muitas vezes, só o que aparece na telinha torna-se realidade para a grande maioria, tomando-se o nosso país



como exemplo. Este fato desdobra-se num segundo aspecto: o ser humano necessita da aferição de um agrupamento para lhe conferir existência, credibilidade. Com isto, uma sociedade massiva disputa arduamente o campo de visibilidade para se fazer ver. A lógica para esta ascensão será definida pela indústria cultural. Aqui, mais uma vez, vemos a transformação dos conceitos de imortalidade e excelência. Numa sociedade fugaz, a visibilidade é a busca do imediato, e o se manter na telinha só ocorre, não pela competência, mas pela rapidez, flexibilidade, excesso, etc. Forma-se a figura da celebridade, que busca visibilidade e prazer, este prazer sensorial, que é imediato e temporário. As motivações, muito distante da busca de excelência, significam a realização fugaz, a busca do fortuito, que é a admiração pública:

Nestas palavras fica evidente que a admiração pública e a recompensa monetária têm a mesma natureza e podem substituir uma à outra. A admiração pública é também algo a ser usado e consumido; e o status, como diríamos hoje, satisfaz uma necessidade como o alimento satisfaz outra: a admiração pública é consumida pela vaidade individual da mesma forma como o alimento é consumido pela fome. Obviamente, deste ponto de vista, a prova da realidade não está na presença pública de outros, mas antes na maior ou menor premência das necessidades, cuja existência ou inexistência ninguém pode jamais atestar senão aquele que as sente. (ARENDR, 2000, 66)

Estas motivações equivalem às necessidades do Labor, são as premências da vida, pois são realizadas para a existência vital. O que é consumido pelo homem, é feito para a completude do corpo, para saciar o corpo e/ ou a alma e, neste sentido, realiza a própria existência, estando no campo da necessidade. Esta precisa da presença do ‘Outro’ para a própria realização, tal qual o ato sexual, que se dá para realização dos prazeres individuais e sua manutenção só se efetiva durante a realização do ato. Neste sentido, não há permanência, pois o resultado é consumido como objeto de prazer. Vemos então que, na sociedade contemporânea, a visibilidade, que é o ver e ser visto, torna-se ‘esquizofrênica’ pois, no fundo, apresenta-se como uma relação narcísica, é apenas o ser visto. Mais uma vez, não há compartilhamento, nem da imagem. Além disso, com o espaço público esvaziado e o sentido de público sendo construído, essencialmente, pela imagem, pelas mídias terciárias, acaba ocorrendo uma vivência social que se dá só pela representação.

Assim, o ser cidadão, hoje, em nada se parece com a noção grega de inserção e participação no espaço público. Situação esta ocorrida entre iguais, representando o ato





máximo de expressão da liberdade. Para a contemporaneidade, a cidadania se expressa na igualdade de direitos, garantida pela Constituição, propondo a idéia de igualdade como elemento de partida para a possível desigualdade conquistada individualmente.

Esta se expressa pela condição econômica, pelo status e pelo poder, justificados na busca da liberdade, ou na realização máxima da individualidade. Dificilmente, a liberdade contemporânea se constitui pela ação, esvaziada em um contexto onde o conceito de espaço público também está esvaziado. Acaba por se realizar através do consumo material e simbólico, que garante a realização temporária, o prazer sensorial, discutido anteriormente, e a própria objetivação do sujeito como coloca Bauman (Bauman, 2007). É uma realização que ocorre, sempre, individualmente. Aliando estes dois aspectos, a própria noção de cidadania incorpora a preocupação com o consumo, e no cotidiano, é a vertente praticada pelo cidadão. Até a visibilidade, que garantiria o contato com o Outro, serve apenas, para a retro-alimentação.

Este artigo não pretende expressar um estado de nostalgia e tampouco propor condições utópicas de existência. Ao retomar o contexto grego, que em si não era ideal, já que lidava com vasta população privada de direitos e de humanidade buscamos, apenas, retomar o papel do espaço público como o do espaço da realização humana, o papel da ação como o conceito da efetivação da capacidade humana e da visibilidade como busca de compartilhamento. Certamente, constituídos em moldes distintos do modelo ideal, já que devemos incorporar a noção midiática de convivência. Mas, ainda assim, não precisa ser da forma esvaziada que ocorre hoje, pois narcísica e auto-centrada.

## **Bibliografia**

ARENDDT, Hannah. *A Condição Humana*. Forense Universitária, RJ, 2000, 10ª edição.

BAITELLO JR., N. *A era da iconofagia*. Ed. Hacker, S P, 2005

BAUMAN, Z. (2004) *Vida líquida*. Jorge Zahar, RJ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Identidade*. Jorge Zahar, RJ, 2005.

\_\_\_\_\_. *Globalização - as conseqüências humanas*. Jorge Zahar, RJ, 1999.



\_\_\_\_\_. *Comunidade*. Jorge Zahar, RJ, 2003

BERMAN, M. (1987) *Tudo o que é sólido desmancha no ar*. Cia das Letras, S. P.

CANCLINI, Nestor G. *Consumidores e Cidadãos*, R.J, Editora UFRJ, 2006, 6. ed.

\_\_\_\_\_. *Culturas Híbridas*. S.P, edusp,2006, 4. ed.

COSTA, Jurandir Freire. *O Vestígio e a Aura*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix. *Mil Platôs*, S.P., Editora 34,2007 5. ed., vol 1

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*, SP, UNESP, 1991

HABERMAS, Jurgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, RJ, Tempo Universitário, 1984.

LONGHI, Carla Reis. ‘O Filme Capote: abordagens sobre os espaços público e privado’ IN *Revista Significação*. n. 25, 2006.

\_\_\_\_\_. ‘Origens do Conceito de Opinião Pública: um diálogo entre Hannah Arendt e Jurgen Habermas’ IN *Revista Comunicação e Sociedade*, n. 46, ano 2006

MARTÍN-BARBERO, *Dos Meios às mediações*, R.J., Ed. UFRJ, 1997.

ORTIZ, Renato. *A Moderna Tradição Brasileira*, SP, Brasiliense, 1989.

PAIVA, Raquel (org) *O Retorno da Comunidade*, R.J, Mauad X Editora,2007.

SOUSA, Mauro Wilton. “Recepção mediática como linguagem de pertencimento: entre o comum e o público- uma análise crítica da bibliografia a respeito” IN *Imagemvisibilidade e cultura midiática/ Livro da XV Compós*, Porto Alegre, Editora Sulina, 2007.